



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 3 • 20/03 a 02/04/10 • ISSN1809-6182

Análises

22/03/2010 - O NAFTA e a questão das imigrações: Como conciliar interesses políticos e econômicos?p.01

A formação de blocos econômicos regionais ao redor do mundo e as transformações tecnológicas do comércio internacional trazem consigo o problema das migrações internacionais e a dificuldade dos países ricos em lidar com um número crescente de imigrantes em seus territórios. Acordos regionais de liberalização comercial como o NAFTA contribuem para desigualdades que incentivam cada vez mais trabalhadores a buscarem melhores condições em outros países. Se por um lado buscam-se facilidades comerciais vantajosas, por outro são esquecidas as consequências sociais desse processo para países menos desenvolvidos.

22/03/2010 - 140 Anos da Guerra do Paraguai: O Brasil no Cone Sulp.05

O aniversário de 140 anos da Guerra do Paraguai, último conflito bélico engendrado pelo Brasil na América do Sul, incita a reflexão acerca da cooperação no chamado Cone Sul. A comemoração do fim da guerra incita uma análise acerca da integração entre Brasil e seus vizinhos em uma cooperação que vá além das alianças em prol do desenvolvimento, mas também denotam as pretensões brasileiras de uma ascendente liderança regional.

22/03/2010 - Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil?p.08

O terremoto que abalou a ilha caribenha em janeiro de 2010 foi responsável por agravar as dificuldades vividas pelo povo haitiano. Diante do impacto causado pela catástrofe natural, o Brasil juntamente com outros países mobiliza forças para promover assistência humanitária. E a política brasileira vê também, na execução da ação, uma possibilidade para maior inserção na ordem internacional.

O NAFTA e a questão das imigrações: como conciliar interesses políticos e econômicos?

Análise
Integração Regional
Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
22 de Março de 2010

A formação de blocos econômicos regionais ao redor do mundo e as transformações tecnológicas do comércio internacional trazem consigo o problema das migrações internacionais e a dificuldade dos países ricos em lidar com um número crescente de imigrantes em seus territórios. Acordos regionais de liberalização comercial como o NAFTA contribuem para desigualdades que incentivam cada vez mais trabalhadores a buscarem melhores condições em outros países. Se por um lado buscam-se facilidades comerciais vantajosas, por outro são esquecidas as consequências sociais desse processo para países menos desenvolvidos.

No dia primeiro de janeiro de 1994, um acordo de liberalização comercial entre EUA, Canadá e México entrava em vigor, com promessas de dinamização da economia, aumento do fluxo de comércio e de capitais. O *North-American Free Trade Agreement* ou Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) foi resultado de uma série de negociações entre os países envolvidos e possuía como principais objetivos a redução tarifária e uma maior circulação de bens e serviços¹. Os princípios básicos da Organização Mundial do Comércio, que viria a ser criada um ano mais tarde, em 1995², já se mostravam presentes na íntegra do texto do NAFTA: o princípio da Nação Mais Favorecida³, do tratamento nacional e da transparência deveriam se

tornar garantias de um fluxo de comércio acelerado e intenso, com a consequente integração da região e melhora da qualidade de vida das pessoas. No entanto, os efeitos do acordo para cada um dos países foram muito divergentes.

De fato, é inquestionável o aumento do volume de comércio entre os três países desde que o acordo entrou em vigor. Segundo dados da Subsecretaria de Negociações Internacionais do México, enquanto, em 1993, este volume somava uma quantia de 297 bilhões de dólares, em 2008 somava cerca de 946,1 bilhões (atualmente os três países chegam a comercializar 2,6 bilhões de dólares por dia).

Além da questão comercial, vale ressaltar que o aumento do intercâmbio de mercadorias implicou em um aumento contínuo do fluxo de pessoas. Enquanto a liberalização proporcionava uma circulação de bens cada vez maior, as restrições para a circulação de pessoas entre os dois países cresciam na mesma proporção. No ano 2000, os EUA gastaram cerca de US\$2 bilhões em sua fronteira com o México em contingente policial e

¹ Os objetivos do tratado, na íntegra, estão disponíveis no site do Secretariado do NAFTA.

² Antes da formação da OMC como organização internacional, os acordos do GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* – de 1947, já exigiam que os países-membros adotassem esses princípios.

³ Um benefício concedido a um país deve ser estendido a todos os demais

tecnologias de controle. No entanto, isso não conseguiu evitar que o número de imigrantes mexicanos ilegais trabalhando nos EUA, em 2001, tenha atingido cifras exorbitantes. Atualmente, acredita-se que exista cerca de 20,6 milhões de pessoas de origem mexicana vivendo nos EUA, sendo que cerca de 5 milhões estão em situação ilegal.

Com relação ao tema 'imigração', o texto do NAFTA quase não faz referências. No que diz respeito aos trabalhadores altamente qualificados, permite-se que eles migrem de um país para outro, desde que estejam em setores específicos (são 63 ao todo), de alta rentabilidade para empresas e bancos. Ressalvas ocorrem apenas em relação aos trabalhadores mexicanos: enquanto EUA e Canadá podem usufrir de ampla mobilidade do território econômico do NAFTA, é exigido dos trabalhadores mexicanos, independente de seu cargo, visto para permanecerem nos EUA (no Canadá o visto não é necessário). Com relação aos trabalhadores pouco qualificados, a "massa" dos imigrantes mexicanos que buscam melhores condições de vida nos EUA, nada é mencionado.

Ao retirar da agenda a questão migratória, os EUA alegavam que o NAFTA produziria, por si só, modernização da estrutura produtiva mexicana, a qual se tornaria mais competitiva com salários mais altos e melhores condições de trabalho. Isso faria com que, a longo prazo, os mexicanos não mais tivessem motivos para emigrar, uma vez que o problema seria resolvido por meio do mercado e da estrutura produtiva. Não seria necessário, portanto, que fosse explicitado o problema das migrações internacionais no texto do acordo.

Diferentemente de outros acordos regionais como a União Européia, o NAFTA não prevê nem a unificação política dos países nem uma coordenação

macroeconômica⁴. Isso significa que, em nenhum momento do acordo, houve investimentos maciços dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos (como ocorre entre os países da UE), fazendo com que o México, subdesenvolvido, não pudesse desenvolver sua economia e, ao mesmo tempo, lidar com problemas sociais como a desigualdade de renda ou regional.

Os mexicanos contavam que os investimentos estrangeiros ocorreriam de forma intensa e uniforme, e não de forma esporádica e desigual como ocorreram. Após o acordo, a política adotada pelo México foi justamente promover reformas estruturais visando a uma maior inclusão do capital privado, seguido de uma diminuição do investimento público – o qual seria suprido pelo investimento estrangeiro. No entanto, ao invés de prover investimentos no país como um todo, os EUA estavam interessados somente nas regiões fronteiriças e nos estados mais ao norte do país mexicano, onde se encontram as indústrias maquiladoras – aquelas que importam componentes industriais, finalizam o processo de produção e exportam os bens prontos. Regiões como a sudeste, historicamente a mais pobre do país e que concentra o maior número de trabalhadores pouco qualificados, não receberam nenhum tipo de investimento estrangeiro ou assistência nacional diferenciada. O crescimento da desigualdade de renda foi evidente nos anos que se seguiram à assinatura do acordo.

A questão salarial foi apenas um dos reflexos do aumento da desigualdade. Os trabalhadores pouco qualificados, aqueles de setores não relacionados ao comércio internacional, não observaram aumento em seus salários, apenas uma estagnação.

⁴ Políticas macroeconômicas dizem respeito a políticas que afetam a economia como um todo, inclusive inflação, desemprego e crescimento econômico.

Por outro lado, a intensificação do comércio com os EUA permitia que os trabalhadores qualificados, ligados direta ou indiretamente ao comércio, registrassem aumento significativo de suas rendas mensais. O aumento das desigualdades ajudou a fomentar o desejo dos mais prejudicados a buscar melhores condições de vida em outros países – justamente os trabalhadores pouco qualificados que entram nos EUA, na maioria das vezes, de forma ilegal.

É claro que os americanos desfrutam, em grande quantidade, dos benefícios que uma mão-de-obra barata oferece. A maioria dos trabalhadores, principalmente a que se encontra em situação ilegal, está envolvida em atividades nas indústrias tradicionais de têxteis que, concorrendo globalmente com as indústrias asiáticas, exigem mão-de-obra barata e não-sindicalizada – perfil de grande parte dos imigrantes. A população hispânica assume, atualmente, um papel primordial na economia americana: segundo dados do Banco Mundial, acredita-se atualmente que cerca de 15% da população economicamente ativa dos EUA seja composta por imigrantes de todos os países, dos quais 5,8 milhões são mexicanos.

Apesar dos imigrantes claramente contribuírem para sua economia, a atitude dos americanos é, cada vez mais, de justamente limitar a sua entrada e permanência. No que diz respeito ao NAFTA, a contradição que une as restrições impostas aos imigrantes e a liberdade da força de trabalho fica evidente. Apesar de ter como objetivo principal a livre circulação de bens, serviços e capitais, os direitos humanos desses trabalhadores e a questão migratória ficam subordinados aos interesses e à “boa vontade” dos Estados Unidos, a potência hegemônica dominante.

No fim de junho do ano 2001, os Estados Unidos e o México apresentaram o Plano

de Ação para a Cooperação sobre Segurança Fronteiriça⁵, na qual as autoridades americanas deveriam revisar as operações de controle na fronteira, enquanto as mexicanas deveriam esforçar-se para desestimular a população da ideia de cruzá-la. Já em 2006, uma resolução aprovada pelo Congresso americano autorizou a construção de um muro entre a fronteira americana e mexicana, considerado por muitos o “muro da vergonha” dos EUA. É curioso pensar que na disputa americana à Casa Branca, em 2008, o voto dos hispânicos foi determinante para a vitória de Obama e, mesmo durante a campanha presidencial do ex-presidente George W. Bush, em 2002, seu discurso era que “a América pertence a todos que nela vivem”, numa alusão clara à população hispânica presente no país.

Os processos sociais e políticos responsáveis pela globalização tornam evidente a dificuldade de conciliar a livre circulação mundial de bens e capital com políticas de controle/aceitação de imigrantes. A construção do muro entre EUA e México, em pleno século XXI, nos relembra a construção dos muros para segregar os judeus dos alemães durante o período da Segunda Guerra Mundial – um símbolo claro de discriminação. Resta à comunidade internacional pressionar as grandes potências para que os problemas internos gerados pelo alto número de imigrantes (e imigrantes ilegais em seu território) não sejam desculpa para práticas xenófobas ou de violações aos direitos humanos.

⁵ O plano já incluía o desejo de expandir o muro, mas isso só foi concretizado em 2006. Os ataques terroristas ao World Trade Center, em setembro de 2001, começou a servir de justificativa para restrições crescentes à entrada de imigrantes no território americano.

Referências

Sites:

Banco Mundial

<http://www.worldbank.org/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha online

<http://www.folha.com.br>

Secretaria de Economia do México

<http://www.economia.gob.mx/?P=5000>

Secretariado do NAFTA

<http://www.nafta-sec-alena.org>

Palavras-chave: NAFTA, liberalização, imigrações, desigualdade

140 Anos da Guerra do Paraguai: O Brasil no Cone Sul

Análise
Integração Regional
Celso Augusto de Freitas Filho
22 de Março de 2010

O aniversário de 140 anos da Guerra do Paraguai, último conflito bélico engendrado pelo Brasil na América do Sul, incita a reflexão acerca da cooperação no chamado Cone Sul. A comemoração do fim da guerra incita uma análise acerca da integração entre Brasil e seus vizinhos em uma cooperação que vá além das alianças em prol do desenvolvimento, mas também denotam as pretensões brasileiras de uma ascendente liderança regional.

Em março deste ano completou 140 anos do fim da Guerra do Paraguai (1865-1870). O conflito, também conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, envolveu Brasil, Argentina e Uruguai (aliados do Eixo) contra Paraguai, em uma luta pela posse dos territórios de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Lembrada por muitos pela violência do conflito, a guerra foi um marco na história da América Latina e da diplomacia brasileira, cuja história não remonta a muitos fenômenos bélicos se comparado com outras regiões do mundo. O seu período posterior foi de queda da monarquia e, conseqüentemente, modificação do cenário político do país. Conseqüentemente, o que se viu foi uma contínua mudança na política externa do Brasil em relação aos seus vizinhos continentais, representada, atualmente, pela tentativa de progresso no Mercosul¹.

A Guerra do Paraguai teve suas motivações no cenário pós-colonialista na América. A problemática de uma definição territorial iniciou uma escalada de conflito entre Brasil e Paraguai por cerca de 200 anos. No entanto, o estopim do litígio se deu na ocupação brasileira no Uruguai, com o apoio argentino, em uma reivindicação de território. Em represália,

o Paraguai invade o Mato Grosso e territórios da Argentina, declarando guerra à tríplice aliança. Assim, se desencadeou um conflito que durou cerca de cinco anos e arrematou milhares de soldados e civis de ambos os lados², tendo seu fim com a morte de Solano López, ditador paraguaio, e com a assinatura de um acordo de paz³.

Os dispendiosos efeitos da guerra, aliados à instabilidade interna, redefiniram a estrutura política nacional, com a proclamação da República, em 1889. Este novo ambiente, ao longo do breve século XX, modificou substancialmente as diretrizes diplomáticas do Brasil em relação aos seus vizinhos na América do Sul. No entanto, suas pretensões hegemônicas na região continuaram sendo peça-chave na política externa brasileira.

Não obstante às divergentes interpretações históricas da Guerra do Paraguai, a principal motivação de ambas as partes do conflito foi a pretensão de

² O resultado da guerra no Paraguai foi além das perdas humanas, como diminuição de seu território e uma dívida com o Brasil, perdoadas, posteriormente, por Getúlio Vargas.

³ Disponível em: <
<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u43.jhtm>>

¹ Ver Glossário.

domínio hegemônico regional. Brasil, Argentina e Paraguai tinham potencial para ascenderem na ordem regional pós-colonial e a disputa destes interesses teria sido o principal motivo para a escalada do conflito, representado nas disputas territoriais e na movimentação de alianças na época (MOTA, 1995)⁴.

Tomando o Brasil como foco, sua diplomacia esteve voltada para uma projeção de poder dentro da região do Cone Sul, configurando uma imagem de hegêmona. A política externa brasileira na América do Sul utilizou da diplomacia e de uma política de boa vizinhança para alcançar seus objetivos. Claramente, existiram momentos de afastamento desta meta⁵, porém a idéia de uma aliança liderada pelo Brasil esteve presente em grande parte da história republicana.

No contexto da chamada República Velha, a política externa brasileira esteve excepcionalmente aliada à Doutrina Monroe norte-americana. No entanto, a rivalidade agressiva nos tempos do Império foi transposta em um projeto de união sul-americana, a Aliança ABC (Argentina, Brasil e Chile)⁶. O plano do Barão do Rio Branco⁷ foi um esboço de um pan-americanismo, o qual fracassou, devido aos antagonismos históricos entre Brasil e Argentina.

Outro momento expressivo nas pretensões hegemônicas nacionais foi a Operação Pan-americana (OPA), em 1958, a qual foi um sistema de cooperação idealizado por Juscelino Kubitschek. Em um tempo de criação da CEPAL⁸ e coordenação com os Estados Unidos, buscava-se uma cooperação na América Latina em prol do

desenvolvimento. A operação, em certa medida, fracassou, porém deixou como herança o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁹ e a Associação Latino Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), a qual serviu de base jurídica para a construção do Mercosul.

A OPA estava inserida em um contexto de Guerra Fria e lançou as bases para a busca de um relacionamento no Cone Sul em prol do desenvolvimento sócio-econômico da região. Este movimento foi extremamente importante para a concretização de uma união sul-americana nos anos 90, com a criação do Mercosul. Para o Brasil, a transformação da região em um ambiente propício à cooperação foi essencial para reafirmar suas pretensões de líder sulista.

Durante o Regime Militar, o processo de integração sul-americana ganhou forças novamente com a cooperação entre Brasil, Argentina e Paraguai na construção da Usina de Itaipu, no final da década de 1970. Este foi o início de uma aproximação que levou ao Tratado de Assunção, em 1991, criando, assim, o Mercosul. A formação do bloco foi parte de um movimento de redemocratização presente no Cone Sul.

Dessa maneira, a Guerra do Paraguai pode ser tomada como um limiar para um novo Cone Sul, o qual o Brasil enxergou como uma oportunidade de reafirmar seu poder na região, através de uma cooperação que visa o desenvolvimento sócio-econômico da América do Sul. Apesar dos sangrentos resultados do conflito, o litígio serviu como aprendizado para a propulsão de um pan-americanismo que, mesmo após 140 anos, ainda encontra sérias barreiras para seu sucesso.

⁴ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200012

⁵ Especialmente durante o período da Guerra Fria, o qual foi marcado pela presença norte-americana na América Latina.

⁶ Ver Glossário.

⁷ Ver Glossário.

⁸ Ver Glossário.

⁹ Ver Glossário.

Referência

Sites:

Diário de Cuiabá

<http://www.diariodecuiaba.com.br/>

Folha On-line

<http://www.folha.uol.com.br/>

Mercosul

<http://www.mercosur.int/>

G1 – Portal de Notícias da Globo

<http://g1.globo.com/>

Uol Educação

<http://educacao.uol.com.br/>

Livros e Artigos:

MOTA, Carlos G. Guerra do Paraguai: História e Polêmica. Estudos Avançados, n. 9 (24), 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200012>

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado L. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: UnB, 2002

Ver Também:

25/08/2005: [Mercosul](#) (Especial Panorama)

01/06/2006: [O Brasil e o Contexto Sul-americano](#)

Palavras-chave: Mercosul, Guerra do Paraguai, América do Sul, Cone Sul

Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil?

Análise
Segurança
Jéssica Silva Fernandes
22 de Março de 2010

O terremoto que abalou a ilha caribenha em janeiro de 2010 foi responsável por agravar as dificuldades vividas pelo povo haitiano. Diante do impacto causado pela catástrofe natural, o Brasil juntamente com outros países mobiliza forças para promover assistência humanitária. E a política brasileira vê também, na execução da ação, uma possibilidade para maior inserção na ordem internacional.

A situação haitiana¹

O território haitiano tem sofrido nos últimos meses os efeitos de um terremoto que causou grandes danos ao país.

Na primeira quinzena de janeiro de 2010, (12/01/2010), o Haiti foi atingido por um terremoto de 7.0 pontos na Escala Richter, sendo considerado o mais forte na ilha Caribenha nos dois últimos séculos².

A catástrofe natural foi causa de inúmeras mortes e não se sabe com precisão o total de óbitos, embora seja estimado que mais de 3 milhões de pessoas estivessem na área. Constata-se que mais de 1 bilhão de pessoas ficaram desabrigadas e evidenciou-se grande transtorno à infraestrutura local.

Embora o tremor tenha causado conseqüências catastróficas é interessante

ressaltar que o país já vinha apresentando problemas internamente de ordem natural, política e também econômica.

Em 2008, o país foi fortemente atingido por furacões e tempestades os quais causaram inúmeras mortes e um prejuízo estimado em US\$ 1bilhão. Ademais, o país sofre grande instabilidade interna, explicada pela violência, pela pobreza pela escassez de alimentos. Essa última estaria relacionada com o fato de os haitianos importarem a maior parte da comida que consomem; em virtude disso, quando os preços são elevados no mercado internacional o país sofre os impactos, estes podem ser vistos como a redução da compra de bens alimentícios.

Segundo analistas, o país chamou a atenção mundial pela crise de alimentos internamente, a qual causou inúmeros protestos no território. Além dessas questões, o país sofre um dilema interno caracterizado pela instabilidade política³.

Tendo em vista esses fatores, é possível afirmar que os problemas haitianos antecedem a catástrofe atualmente discutida. O país já contava, portanto, com inúmeros problemas para se recuperar e já

¹ A presente análise contou com a colaboração de Fabrícia da Silva Luz, Patrícia Eler Seide, Thais Batista, Victor Eduardo e Willy Assis, graduandos em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

² Entenda como ocorrem os terremotos:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/01/100113_terremotoguiainimado.shtml

³

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100113_haiti_situacao_ir.shtml

evidenciava a necessidade de ajuda externa. Percebe-se, portanto, que os problemas já existentes no país foram na verdade agravados pelo evento ocorrido recentemente.

Em meio a esse cenário, os países têm se mobilizado de forma generalizada para prover uma assistência humanitária aos sobreviventes da terra vitimada.

A necessidade de Reconstrução

No Canadá em 25 de janeiro de 2010 foi realizada a Conferência de Montreal reunindo vinte países e instituições que tem como objetivo estabelecer metas para recuperação do território haitiano. Na conferência, foi delegado ao próprio governo do país atingido pela catástrofe a responsabilidade de liderar a recuperação do país. De acordo com o primeiro ministro do Haiti, Jean Max Bellerive, “embora o país esteja em situações precárias e careça de ajuda internacional ele será capaz de prover a liderança na reconstrução”, tão esperada pelo povo haitiano. Mesmo o governo estando à frente dessa missão, a ONU terá importante papel na coordenação dos esforços.

Além do indispensável auxílio da Organização das Nações Unidas, organizações como FMI, BID, OEA, Caricom, articulam fundos para que tal reconstrução ocorra.

O país conta com a assistência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, Minustah, criada em 2004 sob comando do Brasil, para tentar restabelecer a ordem no país. Conta também com o apoio de Organizações não Governamentais como a Cruz Vermelha e demais ONG's, que além de prestarem assistência local, movem forças para arrecadar víveres e dinheiro a serem destinados ao país.

Além dessas instituições, países presentes

na Conferência de Montreal tem se articulado de forma notória visando reparar os danos causados pelo terremoto. Dentre estes é possível citar França, EUA, Canadá e Brasil que se mostraram interessados em restabelecer a ordem no território haitiano, para que o mesmo possa voltar a crescer nas áreas política, econômica, e social.

Para o Brasil, as medidas tomadas foram o perdão da dívida estimada em US\$1,3 bilhão, a doação de US\$15 milhões de dólares e 14 toneladas de alimentos, anunciada em 25 de fevereiro pelo presidente Lula em visita à Porto Príncipe, capital haitiana.

Embora o país necessite de ajuda humanitária, o empenho na promoção da mesma pode ser visto de forma estratégica para alguns países, tendo em vista que o engajamento na promoção da paz passa a ser reconhecido como um fator relevante na política internacional. Essa importância pode ser explicada recorrendo-se ao fim da Guerra Fria a qual inseriu grandes mudanças no cenário internacional.

Tendo em vista esse contexto, as possibilidades de mover esforços a fim de prover o bem a outro país, demonstrando um comportamento que se opõe à lógica de maximização de ganhos, passa a ser visto como um meio de permitir ao país maior relevância e respeito mundialmente. Na política externa brasileira a resolução pacífica de conflitos sempre foi enfatizada, e a mediação visando o enfraquecimento da ação unilateral de grandes potências sempre foi privilegiada.

O engajamento do país em missões de paz seria, portanto, um meio de fortalecer e manter o sistema multilateral de segurança uma vez que essas são o mecanismo multilateral principal do sistema de segurança da ONU. De acordo com Diniz, a decisão brasileira em participar e liderar a missão de paz haitiana seria de fácil compreensão. “A motivação para o governo brasileiro seria,

portanto, uma possibilidade de ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Diniz, 2005, p. 91)."

Dessa forma as missões para prover a ordem no Haiti, e os esforços brasileiros visando à recuperação do país poderiam ser benéficas por duas questões. A primeira e principal, do ponto de vista haitiano, seria a tentativa de promover o próprio bem estar da sociedade afetada a qual necessita urgentemente de auxílio, e o segundo seria a importância, para a política externa brasileira, de reforçar sua relação com outros países na ordem multilateral.

Referências:

Artigos:

Aguillar, Sergio Luiz - Uma "cultura brasileira em operações de Paz"

Disponível em: <http://www.abed-defesa.org>

Diniz, Eugenio - O Brasil e a MINUSTAH. Security and Defense Studies Review, Vol. 5, nº 1, Washington, Spring 2005.

Disponível em: http://www.seguridadregional-fes.org/upload/4212-001_g.pdf

Façonha, Luísa Café Figueiredo - As motivações da política externa brasileira para Participar das Missões de Paz das nações Unidas: O caso Haiti

Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/>

Livro:

Oliveira, Henrique Altemani de. Política externa brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.

Sites:

Associação brasileira de Estudo de Defesas

<http://www.abed-defesa.org/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Estado de São Paulo

<http://www.estadao.com.br>

Folha on line

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Gazeta

<http://www.gazetadopovo.com.br>

G1 O portal de notícias
<http://g1.globo.com/>

O Globo

<http://oglobo.globo.com>

Política externa brasileira defesa e CACD (IRBR)

<http://www.politicaexterna.com>

Palavras-chave: Haiti, terremoto, assistência humanitária, Conferência de Montreal, Política Externa Brasileira

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tórres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine

Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Bruna Monteiro da Fonseca; Celso Augusto de Freitas Filho; Clarice Moreira de Moraes; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Fernanda Nunes Costa Nacif; Fernando Corrêa dos Santos; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Pollyanna Reis Dias; Raíssa Pacheco Ayres Daher; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -